**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº
6.007/2017/6ª CONTROLADORIA/TCM-PA**

(Processo nº 201703701-00)

De Notificação, com prazo de 5 (cinco) dias, a Senhor JOSÉ MILESI.

O Conselheiro Aloísio Chaves do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do art. 141, do Regimento Interno deste TCM, Notifica através do presente Edital, que será publicado 03 (três) vezes, no prazo de 10 (dez) dias, no Diário Oficial do Estado, o Senhor JOSÉ MILESI, Prefeito de Itupiranga (PA), legislatura 2017-2020, para no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da 3ª publicação, providenciar a inserção, junto ao MURAL DE LICITAÇÕES, no Portal dos Jurisdicionados, implantado nos termos da Resolução nº 11.535/2014, do(s) documento(s) abaixo relacionado(s), referentes ao Procedimento Licitatório PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017 – Registro de preços para eventual aquisição de materiais de construção – Valor de Referência = R\$7.815.385,61 – Data de Abertura das Propostas – 10/04/2017:

a) Comprovante de publicidade em meio eletrônico, na internet, em função dos valores estimados (art. 11, inc. I, "c", do Decreto nº 3.555/2000);

b) Parecer jurídico aprovando o edital da licitação (art. 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993);

c) Documentos comprobatórios do resultado da ampla pesquisa de preços de mercado, balizados pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública (art. 15, inciso V, da Lei nº 8.666/1993) II e III-a, do Decreto 3.555/2000. O não atendimento desta determinação, dentro do prazo estipulado, caracterizará infração passível da expedição de medidas cautelares, além de multas nos termos dos arts. 71 e 95 da Lei Complementar nº 109/2016 (LOTCEM).

Belém, 10 de abril de 2017

Conselheiro Aloísio Chaves

Relator/6ª Controladoria/TCM

Protocolo: 164595

**OUTRAS MATÉRIAS
PUBLICAÇÃO DE ATOS**

RESOLUÇÃO Nº 12.884, DE 14/02/2017

PROCESSO Nº 201611753-00

MUNICÍPIO: FARO

ÓRGÃO: CÂMARA MUNICIPAL

ASSUNTO: CADASTRO DA RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 004/2016-GP/CMF

RESPONSÁVEL: FRANCISCO PAULO DUQUE MENESES

MIN. PÚBLICO PROCURADORA: ELISABETH MASSOUD SALAME DA SILVA

RELATOR: CONSELHEIRO CEZAR COLARES

EMENTA: Câmara Municipal de Faro. Cadastro da Resolução nº 004/2016 GP/CMF, que fixa o subsídio dos Vereadores do Município de Faro, para a legislatura de 2017/2020.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam do Cadastro da Resolução nº 004/2016 GP/CMF, que fixa o subsídio dos Vereadores do Município de Faro, para a legislatura de 2017/2020, RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata da Sessão realizada nesta data e nos termos do voto do Conselheiro Relator. Decisão: CADASTRAR a Resolução nº 004/2016 GP/CMF, que fixou o subsídio do Vereador Presidente, em R\$ 5.040,00 (cinco mil e quarenta reais) e dos demais Vereadores, em R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), para a legislatura de 2017/2020.

RESOLUÇÃO Nº 12.955, DE 14/03/2017

Processo nº 360012007-00

Assunto: Recurso Ordinário (201509113-00)

Órgão: Prefeitura Municipal de Itaituba

Responsável: Roselito Soares da Silva

Instrução: 3ª Controladoria/TCM

Ministério Público: Procuradora Elisabeth Massoud Salame da Silva

Exercício: 2007

Relatora: Conselheira Mara Lúcia

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITUBA. RECURSO COM ELEMENTO PROBATÓRIO QUE AFASTA A FALHA COM GASTOS DE PESSOAL. MULTA PELA REMESSA INTEMPESTIVA DOS RREO'S. MULTA PELA NÃO APRESENTAÇÃO DO PARECER DO CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB. CONHECER DO RECURSO E DAR PROVIMENTO PARCIAL ALTERANDO-SE A DECISÃO ANTERIOR PROLATADA. EMITIR PARECER PRÉVIO RECOMENDANDO A APROVAÇÃO COM RESSALVA DAS CONTAS PRESTADAS.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam do RECURSO ORDINÁRIO com amparo no Art. 69, da LC nº 084/2012 c/c Art. 261, do RI/TCM/PA, contra a Resolução nº 11.852, de 30.04.15, publicada no D.O.E. de 12.06.15, que emitiu parecer prévio recomendando a Câmara Municipal a não aprovação da prestação de contas daquela Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2007, acordam os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por unanimidade.

Decisão: Conhecer do recurso interposto, nos termos da ata da sessão e do relatório e voto da Conselheira Relatora às fls. 259-263, e dar-lhe provimento parcial alterando-se a decisão anterior prolatada, nos termos da Resolução nº 11.852, afastando as irregularidades sanadas, por meio do presente recurso, para emitir parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Itaituba, a aprovação com ressalva das contas prestadas por Roselito Soares da Silva, exercício financeiro de 2007, condicionado ao recolhimento das multas, no importe de 308,98 – trezentos e oito virgula noventa e oito UPFPA, nos termos estabelecidos pelo Art. 57, Inciso III, "a", da LC Estadual nº 84/2012/TCM e 308,98 – trezentos e oito virgula noventa e oito UPFPA nos termos estabelecidos pelo Art. 57, Inciso II, "b", da LC Estadual nº 84/2012/TCM, nos termos da LC nº 109/2016, as quais deverão ser recolhidas em favor do FUMREAP (Lei Estadual nº 7.368/2009), no prazo de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado da presente decisão, sob pena de acréscimos de mora, previstos no Art. 303, Incisos I a III, do RITCM-PA (Ato nº 18/2017), destacadamente: (I) multa de mora de 0,10% (dez centésimo por cento) do valor da multa, por dia de atraso, até o limite de 36% (trinta e seis por cento); (II) correção monetária do seu valor, calculada, desde a data em que deveria ser pago até o do efetivo pagamento, com base na verificação da Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará – UPF – PA e (III) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, desde a data em que deveria ser pago até o efetivo pagamento.

RESOLUÇÃO Nº 12.967, DE 21/03/2017

Processo nº 201609510-00

Origem: Prefeitura Municipal de São Domingos do Araguaia

Assunto: Diárias de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e demais Servidores

Interessado: Pedro Patrício de Medeiros – (Prefeito)

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Diárias de Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e demais Servidores. Prefeitura Municipal de São Domingos do Araguaia. Atendidas as exigências legais. Pelo cadastramento do ato.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 31 a 33 dos autos.

Decisão: Cadastrar o Decreto nº 003/2013, de 14 de janeiro de 2013, que dispõe sobre a fixação dos valores de diárias para Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e demais Servidores da Prefeitura Municipal de São Domingos do Araguaia.

RESOLUÇÃO Nº 12.968, DE 21/03/2017

Processo nº 201610618-00

Origem: Câmara Municipal de Água Azul do Norte

Assunto: Diárias de Servidores e Vereadores

Interessado: Silvano da Silva Aguiar – (Presidente)

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Diárias de Servidores e Vereadores. Câmara Municipal de Água Azul do Norte. Legislatura de 2017/2020. Atendidas as exigências legais. Pelo cadastramento do ato.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 18 e 19 dos autos.

Decisão: Cadastrar a Resolução nº 002/2016, de 08 de junho de 2016, que dispõe sobre a fixação dos valores de diárias para os Servidores e Vereadores da Câmara Municipal de Água Azul do Norte, para a Legislatura de 2017/2020.

RESOLUÇÃO Nº 12.969, DE 21/03/2017

Processo nº 201612167-00

Origem: Câmara Municipal de Rio Maria

Assunto: Diárias de Vereadores

Interessado: Paulo Chaves Marinho – (Presidente)

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Diárias de Vereadores. Câmara Municipal de Rio Maria. Legislatura de 2017/2020. Atendidas as exigências legais. Pelo cadastramento do ato.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 11 e 12 dos autos.

Decisão: Cadastrar a Resolução nº 004/2016, de 18 de outubro de 2016, que dispõe sobre o reajuste dos valores de diárias para os Vereadores da Câmara Municipal de Rio Maria, para a Legislatura de 2017/2020.

RESOLUÇÃO Nº 12.970, DE 21/03/2017

Processo nº 201612407-00

Origem: Câmara Municipal de Floresta do Araguaia

Assunto: Diárias de Vereadores

Interessado: Alécio da Costa Pessoa – (Presidente)

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Diárias de Vereadores. Câmara Municipal de Floresta do Araguaia. Legislatura de 2017/2020. Atendidas as exigências legais. Pelo cadastramento do ato.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com

a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 11 e 12 dos autos.

Decisão: Cadastrar a Resolução nº 002/2016, de 28 de outubro de 2016, que dispõe sobre a atualização dos valores de diárias para os Vereadores da Câmara Municipal de Floresta do Araguaia, para a Legislatura de 2017/2020.

RESOLUÇÃO Nº 12.984, DE 23/03/2017

Processo nº 1210052013-00

Origem: Fundo Municipal de Saúde de Pau D'Arco

Assunto: Prestação de Contas de 2013 – (Reabertura de Instrução)

Responsável: Eduardo Rodrigues de Miranda

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Prestação de Contas. FMS de Pau D'Arco. Exercício de 2013. Reabertura de instrução processual, nos termos do Artigo 25, XIV e Artigo 178, §2º, do RI/TCM (Ato nº 18/2017).

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos da proposição do Conselheiro Relator.

Decisão: I – Reabrir a instrução do presente processo, que trata da prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde de Pau D'Arco, exercício de 2013, de responsabilidade do Sr. Eduardo Rodrigues de Miranda, para uma nova análise do Setor Técnico e Ministério Público junto ao TCM/PA, acerca de informações sobre a contratação da empresa UNIVERSAL SERVIÇOS MÉDICOS, com o Município de Pau D'Arco, nos termos do Art. 25, Inciso XIV e Art. 178, §2º, do RITCM/PA;

II – Remeter os autos à Secretaria Geral/TCM-PA, para que seja cumprido o que dispõe o Art. 201, do Regimento Interno do TCM/PA.

RESOLUÇÃO Nº 13.007, DE 30/03/2017

Processo nº 030012009-00 (201514207-00)

Origem: Prefeitura Municipal de Afuá

Assunto: Prestação de Contas de Governo de 2009

Responsável: Odimar Wanderley Salomão

Relator: Conselheiro José Carlos Araújo

EMENTA: Prestação de Contas de Governo. Prefeitura Municipal de Afuá. Exercício de 2009. Pela emissão de Parecer Prévio favorável a aprovação das contas.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 437 a 439 dos autos.

Decisão: Emitir Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal de Afuá, a aprovação das Contas de Governo do Município, relativas ao exercício de 2009, de responsabilidade do Sr. Odimar Wanderley Salomão.

ACÓRDÃO Nº 29.925, DE 14/02/2017

PROCESSO Nº 784122014-00

MUNICÍPIO: SÃO JOÃO DO ARAGUAIA

ÓRGÃO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2014

ORDENADORES: ISAIENE LABRES DE SOUSA FERREIRA (01.01 A 02.02/2014)E JOSÉ WALTUIRES DE OLIVEIRA (03.02 A 31.12.2014)

CONTADOR: ALEXANDRE GAMA BASTOS

MIN. PÚBLICO PROCURADORA: MARIA REGINA CUNHA

RELATOR: CONSELHEIRO CEZAR COLARES

EMENTA. *Fundo Municipal de Saúde de SÃO JOÃO DO ARAGUAIA. Exercício de 2014. Isailene Labres de Sousa Ferreira (01.01 a 02.02.2014). 1) Agente Ordenador 2) Receitas de convênios e do SUS não declarados pelo FMS.*

APROVAÇÃO com RESSALVAS. Recolhimento e Multa. José Waltuires de Oliveira (03.02 a 31.12.2014). 1) Agente Ordenador; 2) Receitas de convênios e do SUS não declarados pelo FMS; 3) Divergência das receitas lançadas no demonstrativo do RREO 6º com o do valor do SIOPS; 4) Não alcance de eficiência e eficácia na aplicação dos recursos; 5) Saldo final não comprovado na totalidade por ausência de extratos bancários; 6) Saldo final insuficiente para cobrir restos a pagar. NÃO APROVAÇÃO. Recolhimento. Multas. Cópia dos autos ao Ministério Público.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos que tratam da prestação de contas do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, de responsabilidade de ISAIENE LABRES DE SOUSA FERREIRA e JOSÉ WALTUIRES DE OLIVEIRA, no exercício financeiro de 2014, ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, conforme ata da Sessão realizada nesta data e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator.

Decisão: I – APROVAR com RESSALVAS as Contas do Fundo Municipal de Saúde de SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, exercício financeiro de 2014, de responsabilidade da ordenadora ISAIENE LABRES DE SOUSA FERREIRA (período de 01.01 a 02.02.2014), impondo-se as ressalvas por: 1) Agente Ordenador no valor de R\$746,53 (setecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e três centavos) e 2) Receitas de convênios e do SUS não declarados pelo FMS.

II – NÃO APROVAR as Contas do Fundo Municipal de Saúde de SÃO JOÃO DO ARAGUAIA, exercício financeiro de 2014, de responsabilidade do ordenador JOSÉ WALTUIRES DE OLIVEIRA (período de 03.02 a 31.12.2014) face a Conta Agente Ordenador no valor de R\$ 130.855,81 (cento e trinta mil,